

**A noção de serviço público em Antonio Pasquali.
Itinerário de um conceito***

**La noción de servicio público em Antonio Pasquali.
Itinerario de un concepto**

**The notion of public service in Antonio Pasquali.
Itinerary of a concept**

Roberto Emiliano Sanchez Narvarte

Doutorando em Comunicação Social pela Universidad Nacional de La Plata. Investigador del Instituto de Estudios Comunicacionales en Medios, Cultura y Poder "Aníbal Ford" (FPyCS-UNLP). Professor Adjunto da Facultad de Periodismo y Comunicación Social/Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

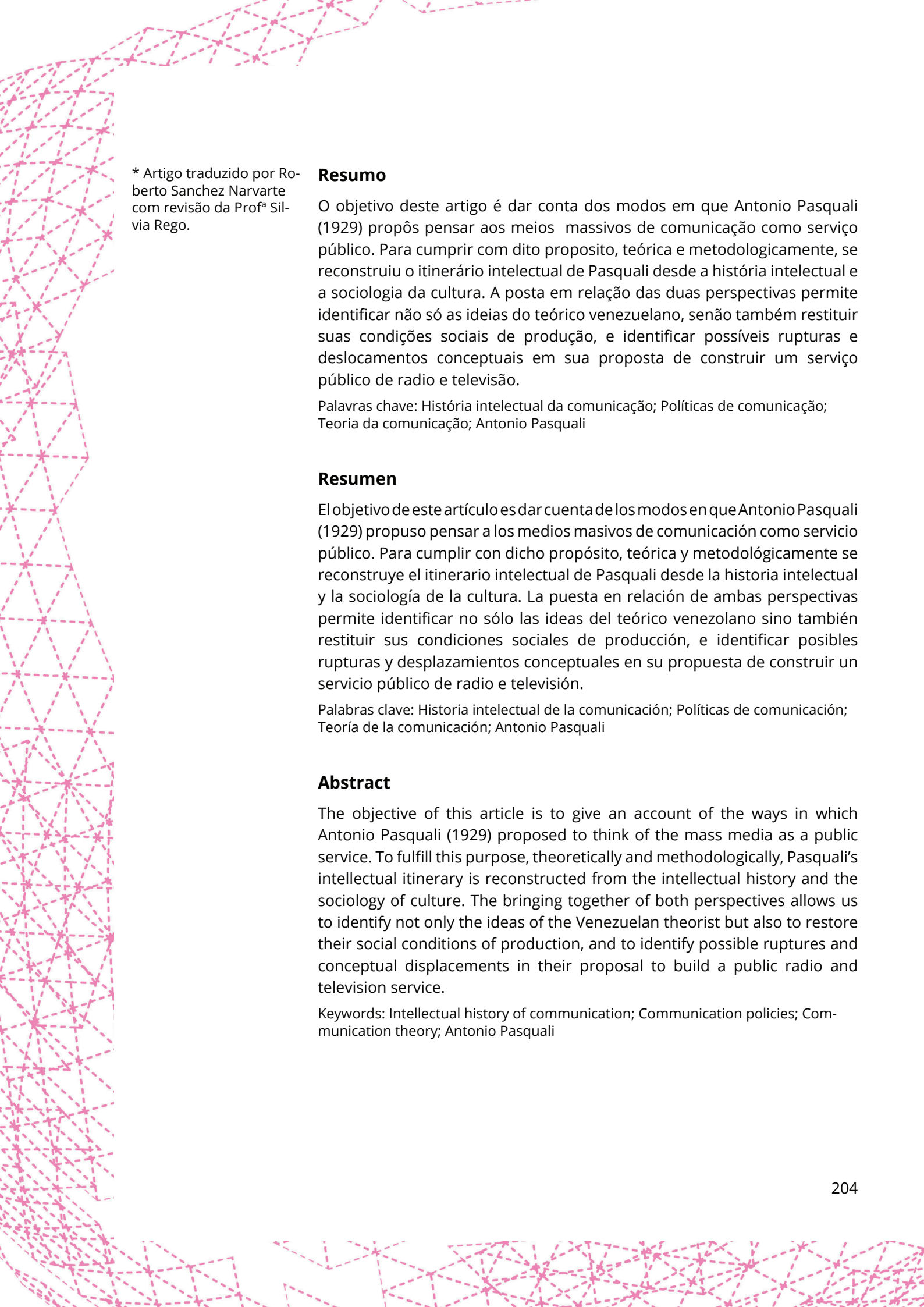
Contato: emiliano.sanchez@perio.unlp.edu.ar

Serguei Komissarov

Doutorando em Comunicação Social pela Universidad Nacional de La Plata. Investigador del Instituto de Estudios Comunicacionales en Medios, Cultura y Poder "Aníbal Ford" (FPyCS-UNLP). Professor da Facultad de Periodismo y Comunicación Social/Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

Contato: skomissarov@protonmail.com

Artigo submetido em 12/10/18
aprovado em 02/04/19



* Artigo traduzido por Roberto Sanchez Narvarte com revisão da Profª Silvia Rego.

Resumo

O objetivo deste artigo é dar conta dos modos em que Antonio Pasquali (1929) propôs pensar aos meios massivos de comunicação como serviço público. Para cumprir com dito propósito, teórica e metodologicamente, se reconstruiu o itinerário intelectual de Pasquali desde a história intelectual e a sociologia da cultura. A posta em relação das duas perspectivas permite identificar não só as ideias do teórico venezuelano, senão também restituir suas condições sociais de produção, e identificar possíveis rupturas e deslocamentos conceptuais em sua proposta de construir um serviço público de rádio e televisão.

Palavras chave: História intelectual da comunicação; Políticas de comunicação; Teoria da comunicação; Antonio Pasquali

Resumen

El objetivo de este artículo es dar cuenta de los modos en que Antonio Pasquali (1929) propuso pensar a los medios masivos de comunicación como servicio público. Para cumplir con dicho propósito, teórica y metodológicamente se reconstruye el itinerario intelectual de Pasquali desde la historia intelectual y la sociología de la cultura. La puesta en relación de ambas perspectivas permite identificar no sólo las ideas del teórico venezolano sino también restituir sus condiciones sociales de producción, e identificar posibles rupturas y desplazamientos conceptuales en su propuesta de construir un servicio público de radio e televisión.

Palabras clave: Historia intelectual de la comunicación; Políticas de comunicación; Teoría de la comunicación; Antonio Pasquali

Abstract

The objective of this article is to give an account of the ways in which Antonio Pasquali (1929) proposed to think of the mass media as a public service. To fulfill this purpose, theoretically and methodologically, Pasquali's intellectual itinerary is reconstructed from the intellectual history and the sociology of culture. The bringing together of both perspectives allows us to identify not only the ideas of the Venezuelan theorist but also to restore their social conditions of production, and to identify possible ruptures and conceptual displacements in their proposal to build a public radio and television service.

Keywords: Intellectual history of communication; Communication policies; Communication theory; Antonio Pasquali

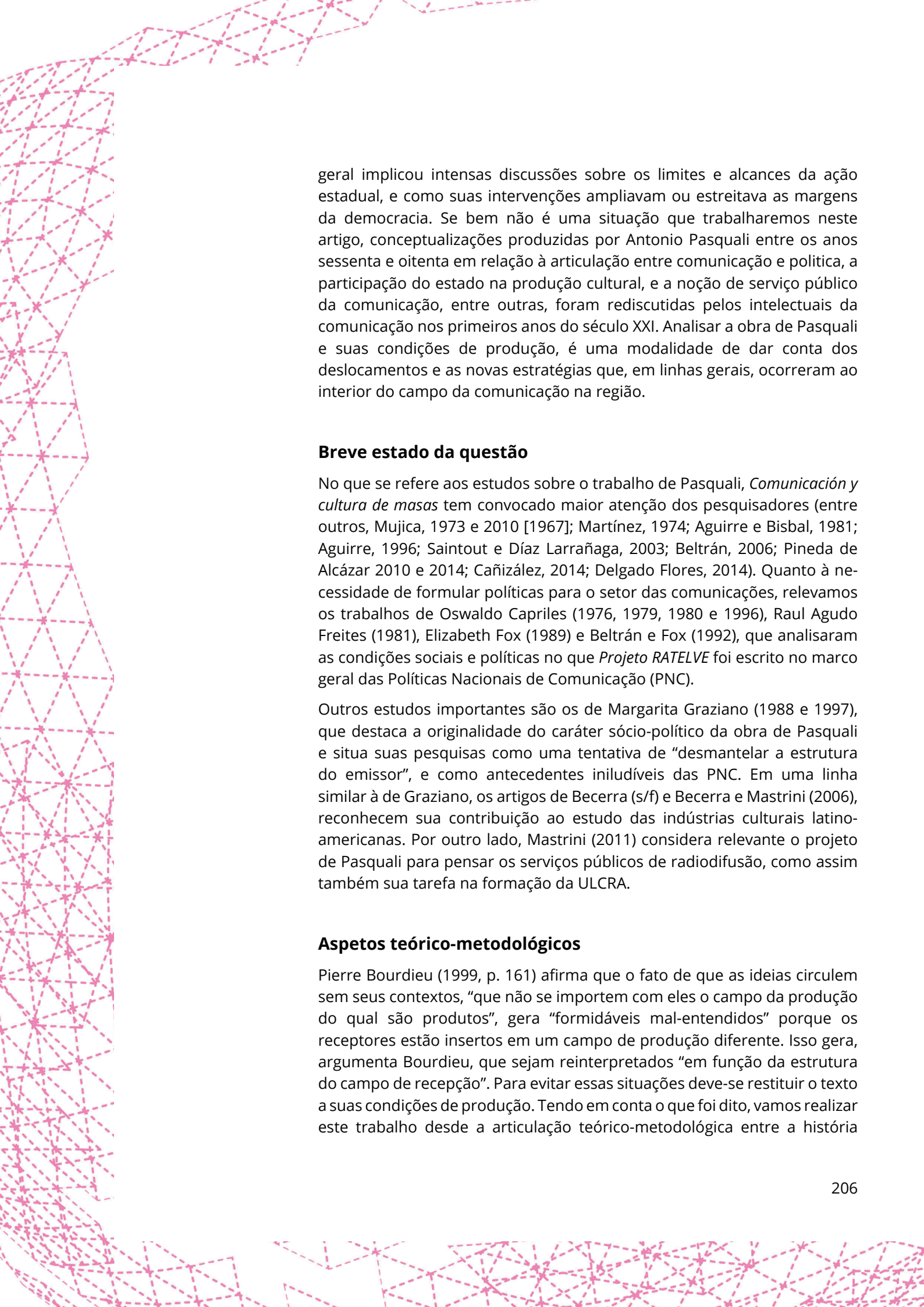
Introdução

Antonio Pasquali (1929) é considerado um dos referentes da emergência do pensamento comunicacional na América Latina, junto a Paulo Freire, Luiz Ramiro Beltrán, Armand Mattelart e Eliseo Verón (Fuentes Navarro, 1991; Marques de Melo e Brittes, 1998; Marques de Melo, 1999; León Duarte, 2006; Mosco, 2009; Moragas Spa, 2011). Dada sua incorporação precoce — entre finais dos anos cinquenta e princípios dos anos sessenta — em um campo teórico emergente em torno aos meios de comunicação, a cultura de massas e a política, o trabalho *Comunicación y cultura de masas* (1964, EBUC) fez dele um dos “pais fundadores” da disciplina (Fuentes Navarro, 1991, p. 11).

Margarita Graziano (1997, p. 3) propõe que a incorporação do conceito de serviço público na obra do filósofo venezuelano, surgiu em um contexto no que, desde uma chave sociopolítica, a “comunicação”, mais que um problema semiológico, foi uma preocupação vinculada ao “poder económico”. O serviço público, de acordo com Elizabeth Safar (2014), tem sido “uma constante” em seu pensamento, uma “ideia-projeto” que elaborou ao longo de cinquenta anos orientada a que a sociedade — em especial a venezuelana e em geral a latino-americana— tenha acesso ao conhecimento e às ferramentas para a criação cultural (p. 49).

Neste artigo estamos interessados em pesquisar sua proposta de pensar aos meios massivos de comunicação como um serviço público, seus deslizamentos e giros teóricos à luz das específicas condições de produção simbólica e os debates políticos, culturais e intelectuais em que Pasquali participou. Para pensar essas diferenças vamos delimitar sua produção em três momentos: as primeiras elaborações sobre a necessidade de formular uma “política de comunicação” entre começo e meados dos anos sessenta, tempo em que publicou *Comunicación y cultura de masas*; posteriormente, analisaremos os anos setenta, em que junto a uma franja de intelectuais e pesquisadores da comunicação venezuelanos desenharam uma política de radiodifusão para seu país — *Proyecto RATELVE* (1977) —. Por último, a formação, a finais dos anos oitenta, de uma rede latino-americana de serviços públicos nomeada Unión Latinoamericana y del Caribe de Radiodifusión (ULCRA) que — como vamos trabalhar—, promoveu, entre outras questões, a criação de um “Espaço Audiovisual” tendo como horizonte a integração regional. Este espaço surgiu como resistência ao avanço “desregulador” do neoliberalismo no sector da cultura e a comunicação (Pasquali e Vargas, 1990, p. 40).

Nos últimos anos na América Latina, as regulações no mercado infocomunicacional e as políticas da comunicação, ocuparam centralidade nas agendas dos estados nacionais, no marco de reconfigurações nos fluxos comunicacionais através do desenvolvimento das novas tecnologias e a transformação da indústria cultural (De Moraes, 2011). A situação



geral implicou intensas discussões sobre os limites e alcances da ação estadual, e como suas intervenções ampliavam ou estreitavam as margens da democracia. Se bem não é uma situação que trabalharemos neste artigo, conceptualizações produzidas por Antonio Pasquali entre os anos sessenta e oitenta em relação à articulação entre comunicação e política, a participação do estado na produção cultural, e a noção de serviço público da comunicação, entre outras, foram rediscutidas pelos intelectuais da comunicação nos primeiros anos do século XXI. Analisar a obra de Pasquali e suas condições de produção, é uma modalidade de dar conta dos deslocamentos e as novas estratégias que, em linhas gerais, ocorreram ao interior do campo da comunicação na região.


Breve estado da questão

No que se refere aos estudos sobre o trabalho de Pasquali, *Comunicación y cultura de masas* tem convocado maior atenção dos pesquisadores (entre outros, Mujica, 1973 e 2010 [1967]; Martínez, 1974; Aguirre e Bisbal, 1981; Aguirre, 1996; Saintout e Díaz Larrañaga, 2003; Beltrán, 2006; Pineda de Alcázar 2010 e 2014; Cañizález, 2014; Delgado Flores, 2014). Quanto à necessidade de formular políticas para o setor das comunicações, relevamos os trabalhos de Oswaldo Capriles (1976, 1979, 1980 e 1996), Raul Agudo Freites (1981), Elizabeth Fox (1989) e Beltrán e Fox (1992), que analisaram as condições sociais e políticas no que *Projeto RATELVE* foi escrito no marco geral das Políticas Nacionais de Comunicação (PNC).

Outros estudos importantes são os de Margarita Graziano (1988 e 1997), que destaca a originalidade do caráter sócio-político da obra de Pasquali e situa suas pesquisas como uma tentativa de “desmantelar a estrutura do emissor”, e como antecedentes iniludíveis das PNC. Em uma linha similar à de Graziano, os artigos de Becerra (s/f) e Becerra e Mastrini (2006), reconhecem sua contribuição ao estudo das indústrias culturais latino-americanas. Por outro lado, Mastrini (2011) considera relevante o projeto de Pasquali para pensar os serviços públicos de radiodifusão, como assim também sua tarefa na formação da ULCRA.

Aspetos teórico-metodológicos

Pierre Bourdieu (1999, p. 161) afirma que o fato de que as ideias circulem sem seus contextos, “que não se importem com eles o campo da produção do qual são produtos”, gera “formidáveis mal-entendidos” porque os receptores estão insertos em um campo de produção diferente. Isso gera, argumenta Bourdieu, que sejam reinterpretados “em função da estrutura do campo de recepção”. Para evitar essas situações deve-se restituir o texto a suas condições de produção. Tendo em conta o que foi dito, vamos realizar este trabalho desde a articulação teórico-metodológica entre a história



1. Desde começo dos anos sessenta, a CIESPAL promoveu o “desenvolvimento dos meios de informação na América Latina” e o intercâmbio de informação entre instituições educativas de jornalismo para conhecer “as necessidades e a realidade através de seus problemas intelectuais e técnicos” (CIESPAL, 1961, p. 1). Para mais informação sobre a CIESPAL nos anos sessenta, remetimos ao artigo de Iury Parente Aragão “Primeira década do Ciespal: fundação e indicações de investigação” (2017), publicado pela revista *Chasqui*.

intelectual e a sociologia da cultura. Em linhas gerais, Carlos Altamirano propõe entender à história intelectual como “o trabalho do pensamento no seno das experiências históricas” (Altamirano, 2005, p. 10).

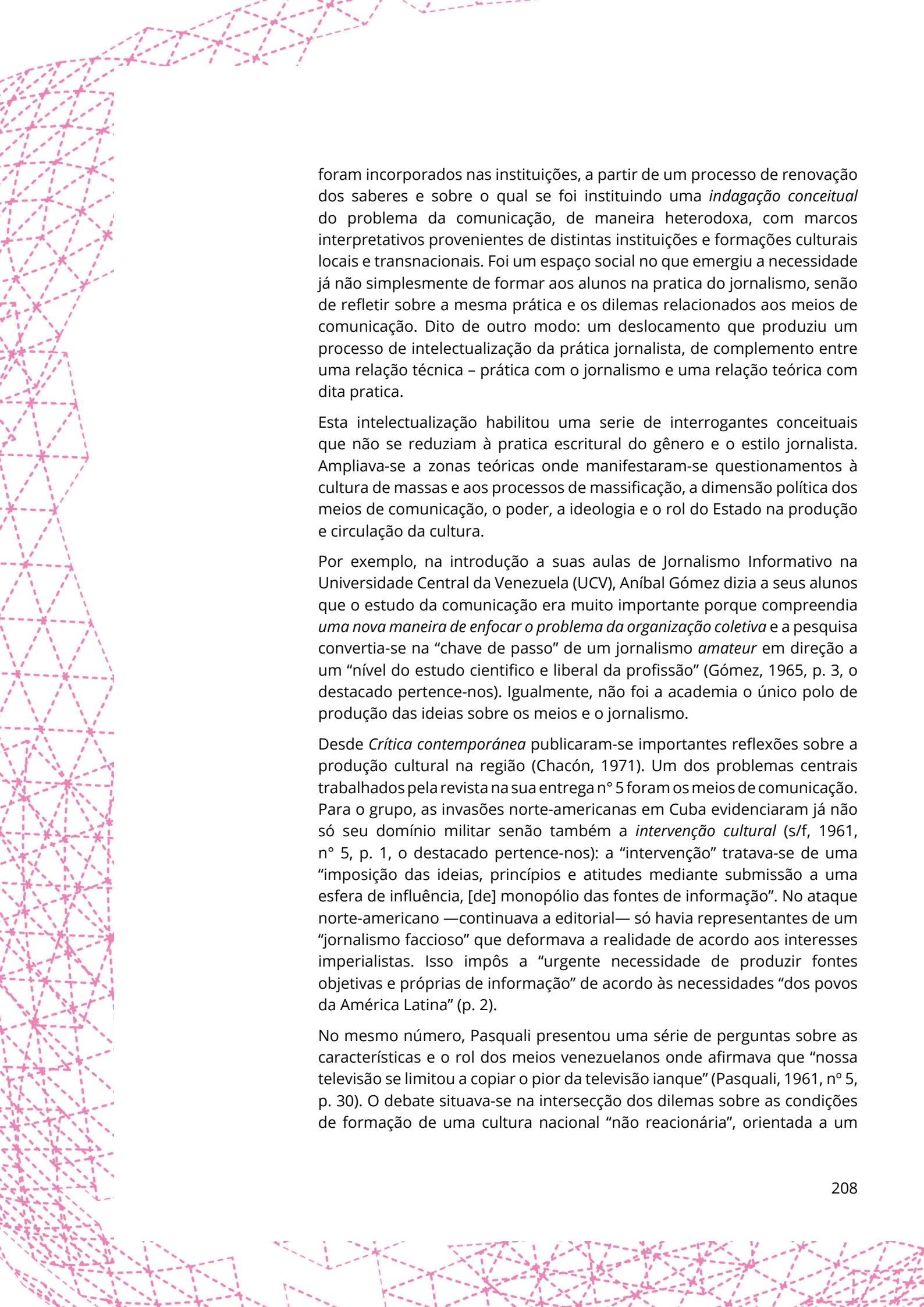
Pontualmente, Mariano Zarowsky (2017, p. 14) argumenta que fazer uma “história intelectual dos estudos em comunicação” implica colocar-nos em uma zona de cruces: entre os saberes de distintas disciplinas e tradições; entre a universidade e o campo intelectual; entre as práticas culturais e a intervenção na sociedade; entre a questão sobre o status da cientificidade dos saberes sobre o social e a abertura em direção a uma trama cultural informada por uma sensibilidade de transformação. Igualmente, a história intelectual pratica-se de muitos modos e não tem, dentro de seu âmbito, uma linguagem teórica ou maneiras de proceder que sejam modelos forçados para analisar ou interpretar seus objetos (Altamirano, 1999, p. 203).

Para nosso estudo, o conceito de “espaços de interseções multiplex” de Neiburg e Plotkin (2004, p. 18), é produtivo porque ler o itinerário acadêmico de Pasquali diacrônica e sincronicamente, da conta da configuração e reconfiguração de um amplo mapa de relações, de circuitos de diálogo e circulação entre o Estado, a universidade, o campo intelectual e organismos educativos transnacionais. Nessa trama geral de produção cultural é onde Raymond Williams, desde uma sociologia da cultura, inscreve aos intelectuais. O sociólogo galês afirma que reduzir a produção intelectual a certos tipos de escritores, filósofos e pensadores sociais, invisibiliza a distintos produtores culturais que participam da cultura geral; funcionários públicos, expertos em finanças que, disse Williams, “estão diretamente envolvidos na produção e reprodução da ordem social e cultural geral” (2015 [1981], p. 180). Williams inscreve aos intelectuais como uma atividade especializada ao interior de uma categoria mais geral de produtores culturais e, desde aqui, situa materialmente a produção das ideias no marco dos processos de organização social e cultural na luta pela hegemonia.

Uma leitura política da comunicação

Alguns estudos estabelecem (Sanchez Narvarte, 2017a) que o deslocamento de Pasquali da filosofia aos debates da cultura de massas, os meios de comunicação e o rol do Estado na regulação da produção cultural, ocorreram em uma trama de diferentes dimensões: sua experiência formativa no Instituto de Filmología de Paris, uma intensa participação no comitê de redação da revista de análise cultural *Crítica contemporánea* e, lateralmente, no marco de um processo de transnacionalização da problemática do jornalismo e a comunicação, com a formação do Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL)¹.

Desde os anos sessenta, no campo acadêmico de Caracas coexistiram uma multiplicidade de discursos sobre a “problemática dos meios massivos” que



foram incorporados nas instituições, a partir de um processo de renovação dos saberes e sobre o qual se foi instituindo uma *indagação conceitual* do problema da comunicação, de maneira heterodoxa, com marcos interpretativos provenientes de distintas instituições e formações culturais locais e transnacionais. Foi um espaço social no que emergiu a necessidade já não simplesmente de formar aos alunos na prática do jornalismo, senão de refletir sobre a mesma prática e os dilemas relacionados aos meios de comunicação. Dito de outro modo: um deslocamento que produziu um processo de intelectualização da prática jornalista, de complemento entre uma relação técnica – prática com o jornalismo e uma relação teórica com dita prática.

Esta intelectualização habilitou uma série de interrogantes conceituais que não se reduziam à prática escritural do gênero e o estilo jornalista. Ampliava-se a zonas teóricas onde manifestaram-se questionamentos à cultura de massas e aos processos de massificação, a dimensão política dos meios de comunicação, o poder, a ideologia e o rol do Estado na produção e circulação da cultura.

Por exemplo, na introdução a suas aulas de Jornalismo Informativo na Universidade Central da Venezuela (UCV), Aníbal Gómez dizia a seus alunos que o estudo da comunicação era muito importante porque compreendia *uma nova maneira de enfocar o problema da organização coletiva* e a pesquisa convertia-se na “chave de passo” de um jornalismo *amateur* em direção a um “nível do estudo científico e liberal da profissão” (Gómez, 1965, p. 3, o destacado pertence-nos). Igualmente, não foi a academia o único polo de produção das ideias sobre os meios e o jornalismo.

Desde *Crítica contemporânea* publicaram-se importantes reflexões sobre a produção cultural na região (Chacón, 1971). Um dos problemas centrais trabalhados pela revista na sua entrega n° 5 foram os meios de comunicação. Para o grupo, as invasões norte-americanas em Cuba evidenciaram já não só seu domínio militar senão também a *intervenção cultural* (s/f, 1961, n° 5, p. 1, o destacado pertence-nos): a “intervenção” tratava-se de uma “imposição das ideias, princípios e atitudes mediante submissão a uma esfera de influência, [de] monopólio das fontes de informação”. No ataque norte-americano —continuava a editorial— só havia representantes de um “jornalismo faccioso” que deformava a realidade de acordo aos interesses imperialistas. Isso impôs a “urgente necessidade de produzir fontes objetivas e próprias de informação” de acordo às necessidades “dos povos da América Latina” (p. 2).

No mesmo número, Pasquali apresentou uma série de perguntas sobre as características e o rol dos meios venezuelanos onde afirmava que “nossa televisão se limitou a copiar o pior da televisão ianque” (Pasquali, 1961, n° 5, p. 30). O debate situava-se na intersecção dos dilemas sobre as condições de formação de uma cultura nacional “não reacionária”, orientada a um

2. Por exemplo, os conceitos de “elite”, “comunidade de públicos” e “sociedade de massas” propostos pelo sociólogo Charles Wright Mills em *La elite del poder*, permitiam-lhe a Pasquali construir um particular mapa onde inscrever o problema da comunicação. Wright Mills, brevemente dito, argumentava que a configuração de uma sociedade de massas permitia a formação das elites agrupadas pelos políticos, empresários e militares (Wright Mills, 1960 [1956], p. 277). Isso acontecia porque se tinha produzido um deslocamento desde a sociedade de públicos à sociedade de massas: na primeira, expressavam-se as opiniões de todas as pessoas; na segunda, poucos opinavam ante uma maioria que não podia aceder aos meios para intervir nos debates sociais. Wright Mills afirmava, e isso foi fundamental para Pasquali, que se “poderia distinguir ao público e à massa” por seus *modos de comunicação dominantes* e pelas posições desiguais “na estrutura de poder” (p. 282 e 284, o destacado pertence-nos).

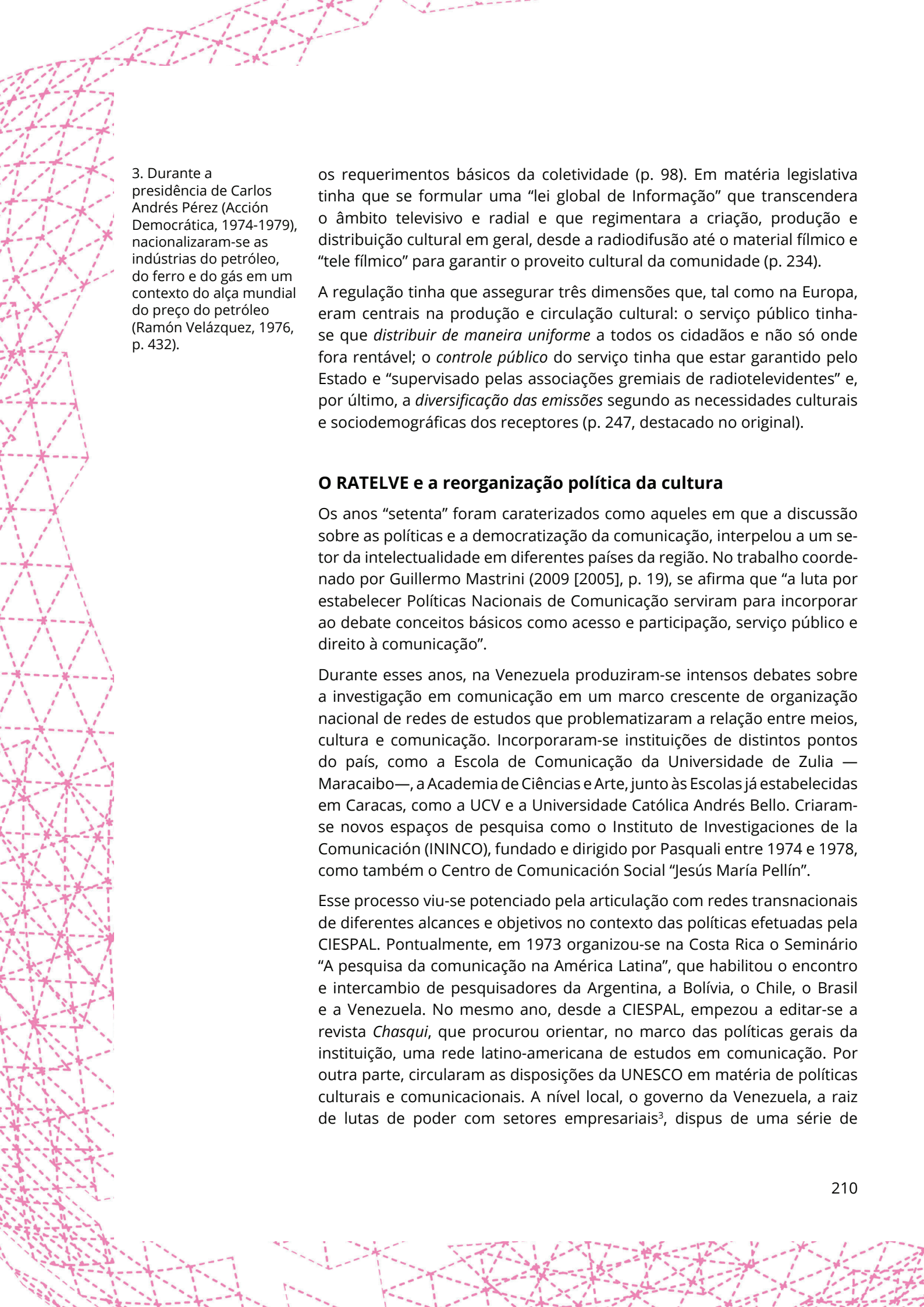
progressismo socialista com eixo na autonomia dos povos latino-americanos para produzir sua própria informação. Desde a revista perguntava-se sobre o rol político dos meios de comunicação na universalização de uma interpretação dependente do poder norte-americano. Situado nessa rede de elementos, Pasquali afirmava que em um país no que os meios pertencem à órbita pública, o problema era a convivência entre o Estado e as empresas privadas, que exploravam “a aparente objetividade da imagem para condicionar à opinião pública em questões vitais” (p. 30).

Ante a pergunta estratégica de *que fazer* respeito à relação entre meios, cultura e política, o filósofo venezuelano — recorrendo ao conhecimento acumulado na França e à circulação de obras e autores na universidade² — estabeleceu que o problema centrava-se em que uma “elite” direcionava o conteúdo dos meios (Pasquali, 1963, p. 10). Isso produzia um “*dirigismo cultural*” que monopolizava “os meios de informação” e tinham que identificar-se aos grupos de pressão que os controlavam e “instrumentalizavam” para dominar aos sujeitos (p. 11, destacado no original).

Nessa conjuntura específica, a proposta de Pasquali em *Comunicación y cultura de masas* se inscreveu na tradição europeia do serviço público — fundamentalmente do Reino Unido, na Itália e na França— que lhe permitia realizar uma leitura crítica da aliança público-privado que controlava aos meios de informação a nível local (Pasquali, 1964, p. 230). As recomendações da UNESCO provinham do encontro realizado em 1956 em Estrasburgo que teve como eixo principal, a “coordenação da pesquisa no campo das comunicações de massas” (UNESCO, 1956, p. 1).

De acordo com Pasquali, a lógica para pensar uma política em matéria de meios massivos era a seguinte: “modificando” o funcionamento dos meios e reduzindo seu caráter informacional, podiam-se gerar as condições para a promoção de “uma sociedade de públicos” que progressivamente fora transformando à sociedade de massas. Por isso considerava que uma *reforma cultural planejada* podia “revolucionar o status social da comunidade” (Pasquali, 1964, p. 230, destacado no original). A pesquisa, continuava o autor, não deixava dúvidas: se a UNESCO só considerava como “serviço público” à televisão e a radiodifusão baixo condução estatal ou gerenciada por organismos públicos paraestatais, na Venezuela não ingressava nessa classificação (p. 98). Os meios massivos no país, tinham sido entregados à livre empresa fazendo-os um serviço “mercantil”, “confessional” e “anticultural” (p. 89). A alternativa ao controle privado era “*a intervenção dos poderes públicos e a nacionalização dos serviços radioelétricos de difusão*” (p. 244, destacado no original).

A recuperação das formulações europeias permitiam-lhe plantear que o Estado era o único agente legítimo para usufruir o serviço com políticas culturais orientadas para o bem comum. Era necessária uma política “progressista” que tinha que refuncionalizar o uso dos meios para atender



3. Durante a presidência de Carlos Andrés Pérez (Acción Democrática, 1974-1979), nacionalizaram-se as indústrias do petróleo, do ferro e do gás em um contexto do alça mundial do preço do petróleo (Ramón Velázquez, 1976, p. 432).

os requerimentos básicos da coletividade (p. 98). Em matéria legislativa tinha que se formular uma “lei global de Informação” que transcendera o âmbito televisivo e radial e que regimentara a criação, produção e distribuição cultural em geral, desde a radiodifusão até o material fílmico e “tele fílmico” para garantir o proveito cultural da comunidade (p. 234).

A regulação tinha que assegurar três dimensões que, tal como na Europa, eram centrais na produção e circulação cultural: o serviço público tinha-se que *distribuir de maneira uniforme* a todos os cidadãos e não só onde fora rentável; o *controle público* do serviço tinha que estar garantido pelo Estado e “supervisionado pelas associações gremiais de radiotelevidentes” e, por último, a *diversificação das emissões* segundo as necessidades culturais e sociodemográficas dos receptores (p. 247, destacado no original).

O RATELVE e a reorganização política da cultura

Os anos “setenta” foram caracterizados como aqueles em que a discussão sobre as políticas e a democratização da comunicação, interpelou a um setor da intelectualidade em diferentes países da região. No trabalho coordenado por Guillermo Mastrini (2009 [2005], p. 19), se afirma que “a luta por estabelecer Políticas Nacionais de Comunicação serviram para incorporar ao debate conceitos básicos como acesso e participação, serviço público e direito à comunicação”.

Durante esses anos, na Venezuela produziram-se intensos debates sobre a investigação em comunicação em um marco crescente de organização nacional de redes de estudos que problematizaram a relação entre meios, cultura e comunicação. Incorporaram-se instituições de distintos pontos do país, como a Escola de Comunicação da Universidade de Zulia — Maracaibo—, a Academia de Ciências e Arte, junto às Escolas já estabelecidas em Caracas, como a UCV e a Universidade Católica Andrés Bello. Criaram-se novos espaços de pesquisa como o Instituto de Investigaciones de la Comunicación (ININCO), fundado e dirigido por Pasquali entre 1974 e 1978, como também o Centro de Comunicación Social “Jesús María Pellín”.

Esse processo viu-se potenciado pela articulação com redes transnacionais de diferentes alcances e objetivos no contexto das políticas efetuadas pela CIESPAL. Pontualmente, em 1973 organizou-se na Costa Rica o Seminário “A pesquisa da comunicação na América Latina”, que habilitou o encontro e intercambio de pesquisadores da Argentina, a Bolívia, o Chile, o Brasil e a Venezuela. No mesmo ano, desde a CIESPAL, empezou a editar-se a revista *Chasqui*, que procurou orientar, no marco das políticas gerais da instituição, uma rede latino-americana de estudos em comunicação. Por outra parte, circularam as disposições da UNESCO em matéria de políticas culturais e comunicacionais. A nível local, o governo da Venezuela, a raiz de lutas de poder com setores empresariais³, dispus de uma série de

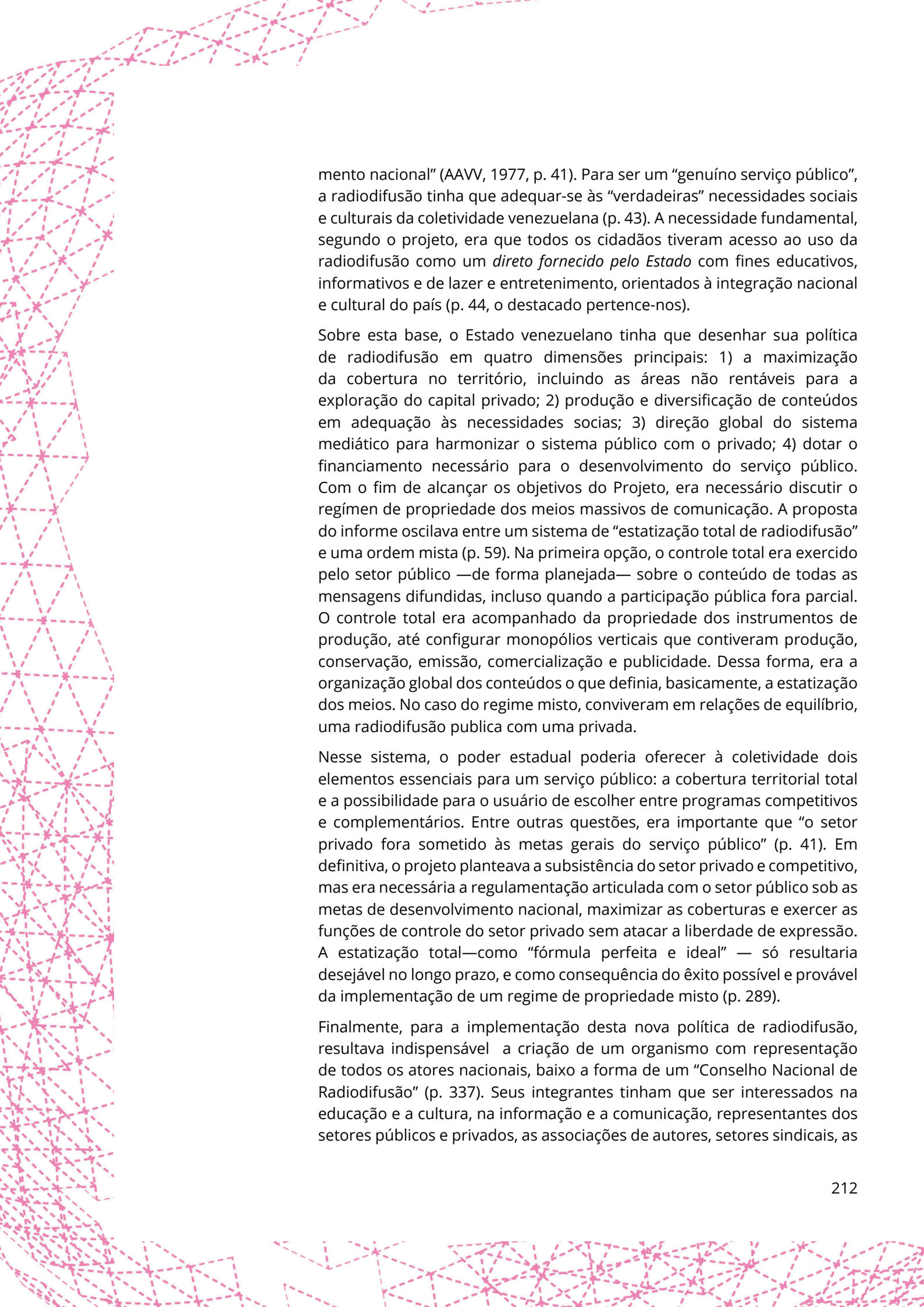
4. Pasquali foi o responsável do Comité de Radio y Televisión de la Comisión Preparatoria del CONAC. Ademais dele e de Mujica, Capriles e Gómez, os principais redatores do informe foram Francisco Tugues do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICIT), Ovidio Pérez Morales como padre auxiliar de Caracas, Raúl Agudo Freites da UCV e Hely Santeliz como representante das Forças Armadas.

políticas a través do Consejo Nacional de Cultura (CONAC), em direção à reorganização da produção cultural, especificamente no que se refere ao cinema, a rádio e a televisão. Desde o CONAC incorporou-se a intelectuais e pesquisadores como Pasquali, Héctor Mujica, Oswaldo Capriles e Aníbal Gómez, entre outros. Como resultado disso foi escrito entre 1974 e 1975 o “Proyecto RATELVE”, que pretendeu delimitar uma nova política para a rádio e a televisão do estado venezuelano.

O contexto na América Latina estava atravessado por uma preocupação sobre as desigualdades no fluxo internacional de notícias e programas de entretenimento. A “sensibilidade”, como argumenta Fox (1989, p. 20), permeava as declarações e os programas de ação do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e fortalecia as propostas em favor de uma Nova Ordem Internacional da Informação e a Comunicação (NOMIC). Se bem não podemos estender-nos nesse ponto, o Projeto RATELVE surgiu no marco geral de processos de transformação nas legislações em políticas de comunicação em países como o Peru, o México, a Argentina e o Chile (Fox, 1989). No específico ao RATELVE, participaram referentes de distintos campos sociais⁴. O informe, publicaram-no em 1977 como *Proyecto RATELVE* (Editorial SUMA), e foi elaborado por mandato da Comisión Preparatoria del Consejo Nacional de Cultura (CONAC).

A orientação geral da proposta compreendia à comunicação em estreita relação com a forma política da organização social. O Estado tinha que se converter em reitor da comunidade para defender e promover a liberdade, igualdade, desenvolvimento e independência do povo. Pelo contrario, argumentava o projeto, a indústria cultural junto à publicitaria tendiam a uma monopolização cultural: os centros e os núcleos do poder econômico, eram os únicos em condições de gerar as grandes inversões requeridas pelas novas infraestruturas tecnológicas para a produção, distribuição e consumo de bens simbólicos. Desse modo, o cinema, a rádio e a televisão eram indústrias sometidas às leis do mercado e eram instrumentos de expressão cultural que reproduziam a desigualdade entre a “alta” e “baixa” cultura (AAVV, 1977, p. 38). Como argumentam outras pesquisas (Sanchez Narvarte, 2017a), o poder executivo tinha-se proposto fixar os princípios reitores da política cultural do Estado, a partir da Lei do Consejo Nacional de Cultura de agosto de 1975. Essa lei estava “dirigida fundamentalmente ao estudo, planejamento, coordenação e execução” de políticas para os setores das “humanidades, artes e ciências sociais”. Ao tempo que definia como áreas prioritárias de participação estadual, “a todas aquelas manifestações que se expressaram a través da mensagem cultural impresso, radioelétrico e cinematográfico” (p. 82).

A alternativa, então, era compreender à radiodifusão como um serviço público definido como aquele que, controlado ou administrado diretamente pelo Estado, tinha que atender com caráter exclusivo os interesses coletivos, “harmonizando o uso da rádio e a televisão aos objetivos do desenvolvi-

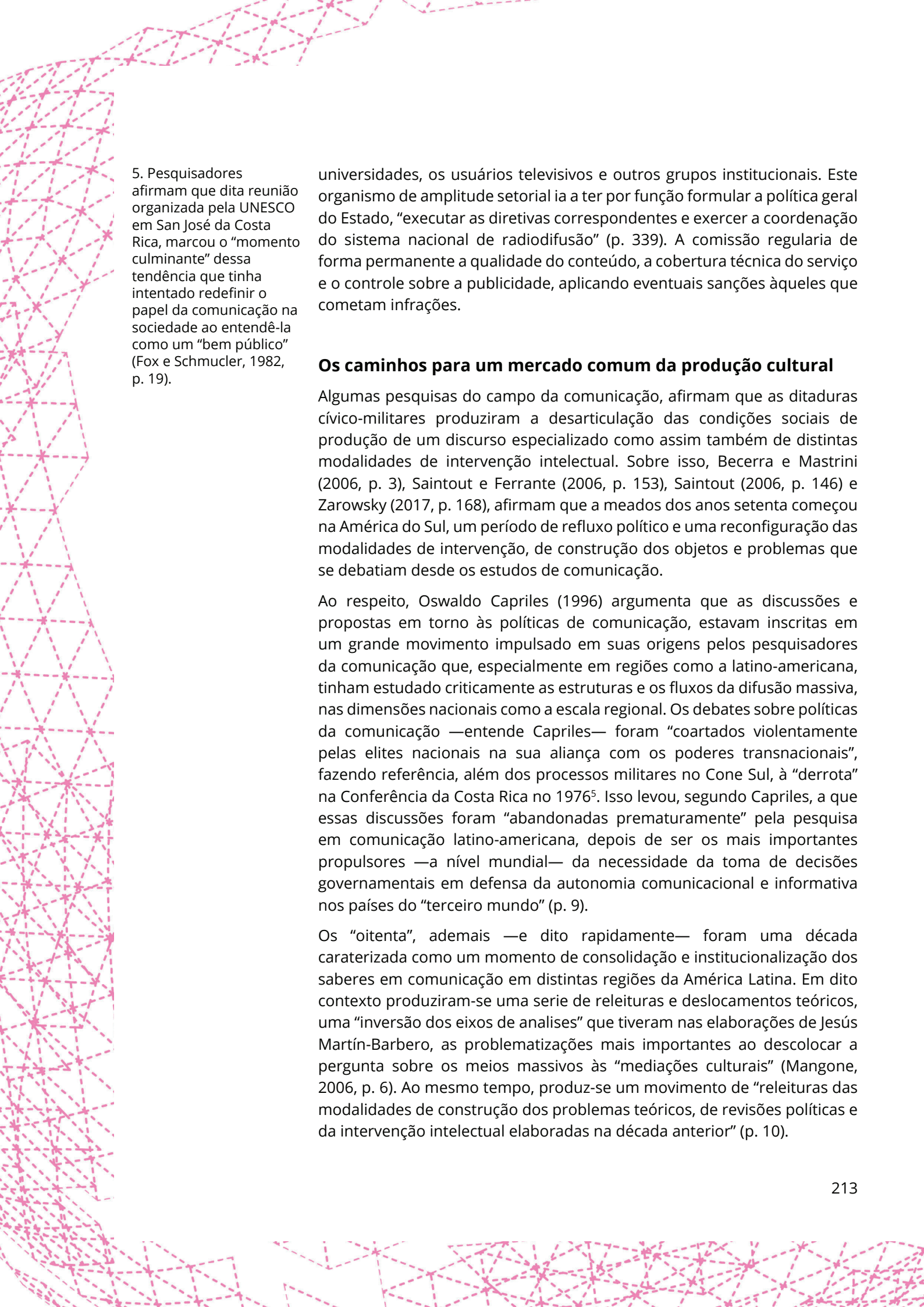


mento nacional” (AAVV, 1977, p. 41). Para ser um “genuíno serviço público”, a radiodifusão tinha que adequar-se às “verdadeiras” necessidades sociais e culturais da coletividade venezuelana (p. 43). A necessidade fundamental, segundo o projeto, era que todos os cidadãos tiveram acesso ao uso da radiodifusão como um *direto fornecido pelo Estado* com fines educativos, informativos e de lazer e entretenimento, orientados à integração nacional e cultural do país (p. 44, o destacado pertence-nos).

Sobre esta base, o Estado venezuelano tinha que desenhar sua política de radiodifusão em quatro dimensões principais: 1) a maximização da cobertura no território, incluindo as áreas não rentáveis para a exploração do capital privado; 2) produção e diversificação de conteúdos em adequação às necessidades sociais; 3) direção global do sistema mediático para harmonizar o sistema público com o privado; 4) dotar o financiamento necessário para o desenvolvimento do serviço público. Com o fim de alcançar os objetivos do Projeto, era necessário discutir o regímen de propriedade dos meios massivos de comunicação. A proposta do informe oscilava entre um sistema de “estatização total de radiodifusão” e uma ordem mista (p. 59). Na primeira opção, o controle total era exercido pelo setor público —de forma planejada— sobre o conteúdo de todas as mensagens difundidas, incluso quando a participação pública fora parcial. O controle total era acompanhado da propriedade dos instrumentos de produção, até configurar monopólios verticais que contiveram produção, conservação, emissão, comercialização e publicidade. Dessa forma, era a organização global dos conteúdos o que definia, basicamente, a estatização dos meios. No caso do regime misto, conviveram em relações de equilíbrio, uma radiodifusão pública com uma privada.

Nesse sistema, o poder estadual poderia oferecer à coletividade dois elementos essenciais para um serviço público: a cobertura territorial total e a possibilidade para o usuário de escolher entre programas competitivos e complementários. Entre outras questões, era importante que “o setor privado fora sometido às metas gerais do serviço público” (p. 41). Em definitiva, o projeto planteava a subsistência do setor privado e competitivo, mas era necessária a regulamentação articulada com o setor público sob as metas de desenvolvimento nacional, maximizar as coberturas e exercer as funções de controle do setor privado sem atacar a liberdade de expressão. A estatização total—como “fórmula perfeita e ideal” — só resultaria desejável no longo prazo, e como consequência do êxito possível e provável da implementação de um regime de propriedade misto (p. 289).

Finalmente, para a implementação desta nova política de radiodifusão, resultava indispensável a criação de um organismo com representação de todos os atores nacionais, baixo a forma de um “Conselho Nacional de Radiodifusão” (p. 337). Seus integrantes tinham que ser interessados na educação e a cultura, na informação e a comunicação, representantes dos setores públicos e privados, as associações de autores, setores sindicais, as



5. Pesquisadores afirmam que dita reunião organizada pela UNESCO em San José da Costa Rica, marcou o “momento culminante” dessa tendência que tinha intentado redefinir o papel da comunicação na sociedade ao entendê-la como um “bem público” (Fox e Schmucler, 1982, p. 19).


universidades, os usuários televisivos e outros grupos institucionais. Este organismo de amplitude setorial ia a ter por função formular a política geral do Estado, “executar as diretivas correspondentes e exercer a coordenação do sistema nacional de radiodifusão” (p. 339). A comissão regularia de forma permanente a qualidade do conteúdo, a cobertura técnica do serviço e o controle sobre a publicidade, aplicando eventuais sanções àqueles que cometam infrações.

Os caminhos para um mercado comum da produção cultural

Algumas pesquisas do campo da comunicação, afirmam que as ditaduras cívico-militares produziram a desarticulação das condições sociais de produção de um discurso especializado como assim também de distintas modalidades de intervenção intelectual. Sobre isso, Becerra e Mastrini (2006, p. 3), Saintout e Ferrante (2006, p. 153), Saintout (2006, p. 146) e Zarowsky (2017, p. 168), afirmam que a meados dos anos setenta começou na América do Sul, um período de refluxo político e uma reconfiguração das modalidades de intervenção, de construção dos objetos e problemas que se debatiam desde os estudos de comunicação.

Ao respeito, Oswaldo Capriles (1996) argumenta que as discussões e propostas em torno às políticas de comunicação, estavam inscritas em um grande movimento impulsado em suas origens pelos pesquisadores da comunicação que, especialmente em regiões como a latino-americana, tinham estudado criticamente as estruturas e os fluxos da difusão massiva, nas dimensões nacionais como a escala regional. Os debates sobre políticas da comunicação —entende Capriles— foram “coartados violentamente pelas elites nacionais na sua aliança com os poderes transnacionais”, fazendo referência, além dos processos militares no Cone Sul, à “derrota” na Conferência da Costa Rica no 1976⁵. Isso levou, segundo Capriles, a que essas discussões foram “abandonadas prematuramente” pela pesquisa em comunicação latino-americana, depois de ser os mais importantes propulsores —a nível mundial— da necessidade da toma de decisões governamentais em defesa da autonomia comunicacional e informativa nos países do “terceiro mundo” (p. 9).

Os “oitenta”, ademais —e dito rapidamente— foram uma década caracterizada como um momento de consolidação e institucionalização dos saberes em comunicação em distintas regiões da América Latina. Em dito contexto produziram-se uma serie de releituras e deslocamentos teóricos, uma “inversão dos eixos de análises” que tiveram nas elaborações de Jesús Martín-Barbero, as problematizações mais importantes ao descolocar a pergunta sobre os meios massivos às “mediações culturais” (Mangone, 2006, p. 6). Ao mesmo tempo, produz-se um movimento de “releituras das modalidades de construção dos problemas teóricos, de revisões políticas e da intervenção intelectual elaboradas na década anterior” (p. 10).



6. Entre outros países, na Argentina, a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, a Costa Rica, Cuba, o Equador, o Salvador, a Guatemala, a Honduras, o México, a Nicarágua, o Peru, a República Dominicana, o Uruguai e a Venezuela.

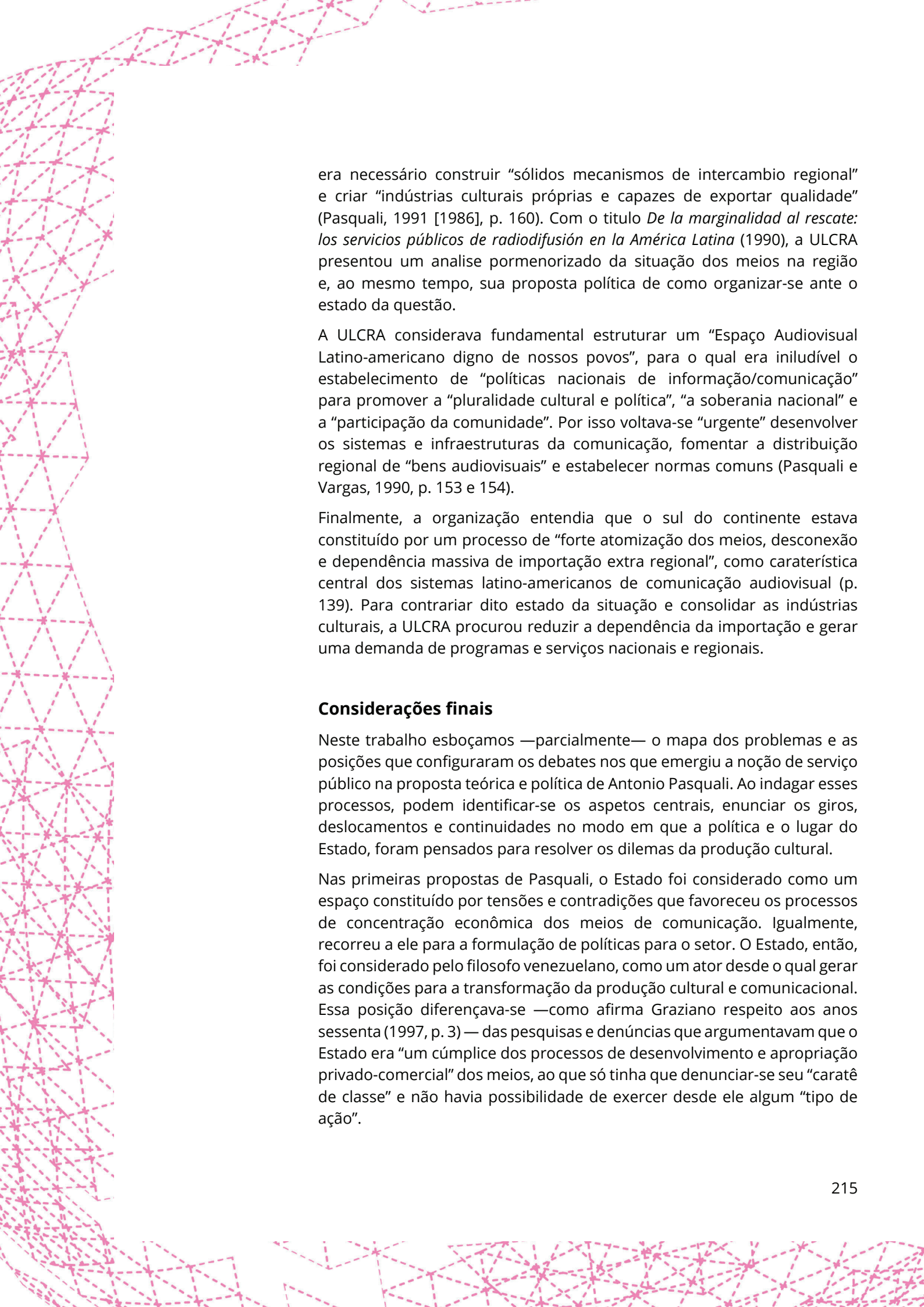
Nessa conjuntura, argumenta Karam Cárdenas (2014, p. 33), Pasquali teve uma distância crítica com as “reflexões culturais” que hegemonizaram o campo da comunicação no continente. Além disso, foram tempos nos que Pasquali teve uma intensa participação na UNESCO como Subdiretor Adjunto em Comunicação e Cultura, posição à que tinha chegado em 1978. Como afirmaram outros trabalhos (Sanchez Narvarte, 2017a), como Coordenador Regional da UNESCO para a América Latina e o Caribe, e como Diretor do Centro Regional de Educação Superior para a América Latina (CRESALC), com sede em Caracas, ele foi uns dos articuladores —em 1985— da formação da Unión Latinoamericana y del Caribe de Radiodifusión (ULCRA).

A posição privilegiada ao interior da UNESCO permitiu-lhe motorizar à ULCRA no marco dos convênios de colaboração sul/sul de Cooperação Técnica dos Países em Desenvolvimento (CTPD), que permitia o intercâmbio de experiências entre instituições dos países em desenvolvimento. A ULCRA foi constituída como uma instituição cooperativa com sede em San José, na Costa Rica, e representou a mais de 200 organismos da comunicação audiovisual e da radiotelevisão de serviço público da região⁶. Em termos teóricos — e compreensível a partir da sua trajetória acadêmica e institucional— suas diferentes intervenções nos debates acadêmicos davam conta de uma preocupação recorrente: o problema do acesso e a participação das maiorias populares ante o que considerava “as apologias da livre circulação e da informação quando originam-se nos grandes centros da comunicação mundial” (Pasquali, 1991 [1987], p. 175).

Igualmente, foi descolocando-se desde uma perspectiva de serviço público mais vinculada aos problemas nacionais, em direção a uma noção ampla de “*integração regional*” (Pasquali, 1991 [1988], p. 213, destacado no original). Apesar do “auge privatizador”, argumentava que era “imperativo lutar” pela criação, fortalecimento e melhoria dos serviços públicos que estimularam o cooperativismo e a coprodução regional (Pasquali, 1991 [1989], p. 315).

Nesse marco do “projeto de integração”, e a diferença dos objetivos gerais em tempos do RATELVE, fazia um especial ênfases na “independência” e na “pluralização” do serviço público, já não orientado por um projeto estadual, senão autônomo tanto do poder político como do econômico (Pasquali, 1991 [1986], p. 153). Financiado pelo erário público, devia responder às necessidades da sociedade e promover a presença organizada, “ativa e concreta do usuário e de suas livres associações na gestão das empresas de radiodifusão” (p. 153). Para isso tinha que adotar-se uma modalidade de funcionamento complementário que articulara os aspetos culturais da região.

A ULCRA devia assegurar a comercialização da produção de seus países membros com outras regiões do mundo, e coordenar programas em seu “esforço integrador”. Em um contexto de “reconfiguração da dependência”,



era necessário construir “sólidos mecanismos de intercambio regional” e criar “indústrias culturais próprias e capazes de exportar qualidade” (Pasquali, 1991 [1986], p. 160). Com o título *De la marginalidad al rescate: los servicios públicos de radiodifusión en la América Latina* (1990), a ULCRA apresentou um análise pormenorizado da situação dos meios na região e, ao mesmo tempo, sua proposta política de como organizar-se ante o estado da questão.

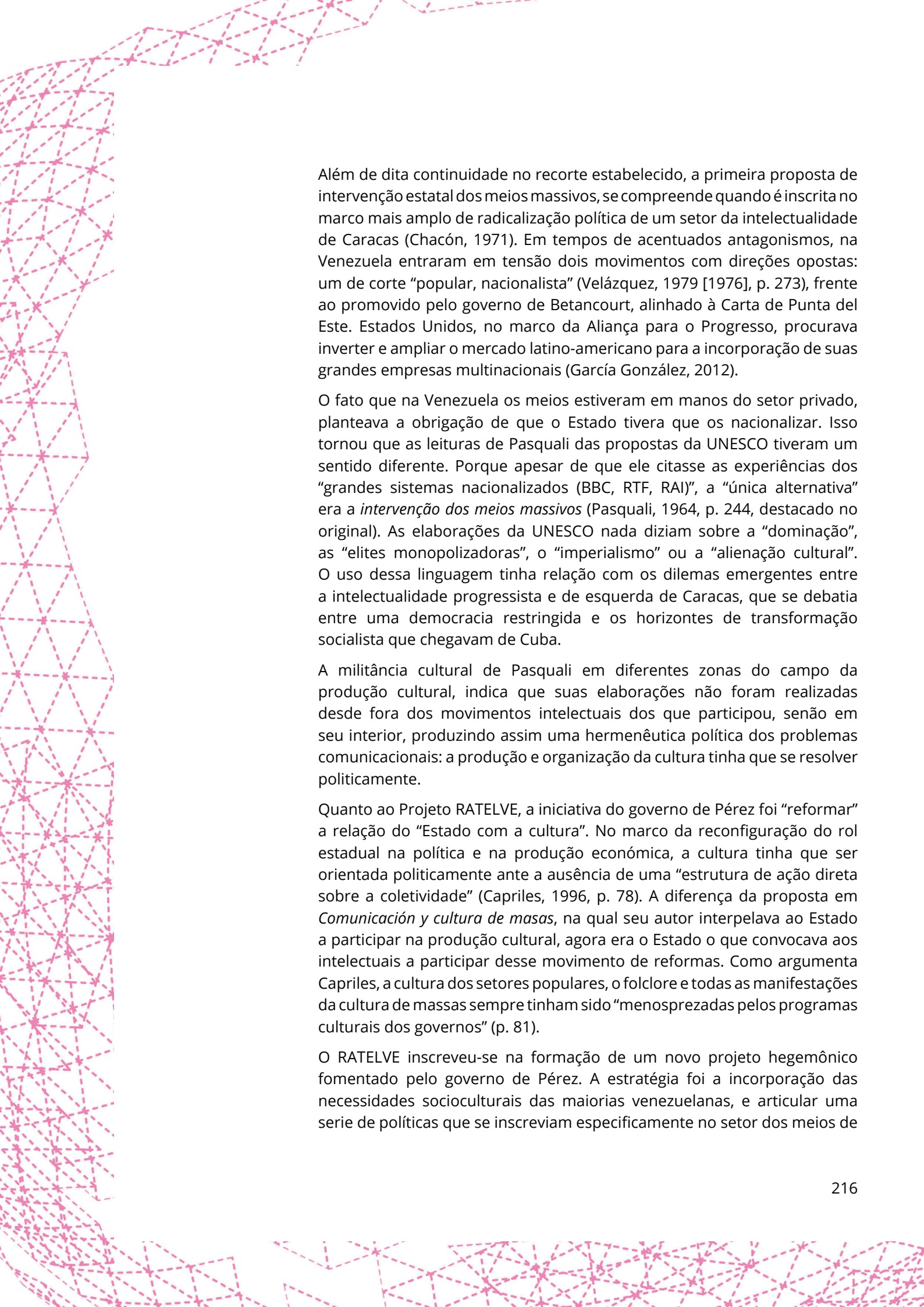
A ULCRA considerava fundamental estruturar um “Espaço Audiovisual Latino-americano digno de nossos povos”, para o qual era iniludível o estabelecimento de “políticas nacionais de informação/comunicação” para promover a “pluralidade cultural e política”, “a soberania nacional” e a “participação da comunidade”. Por isso voltava-se “urgente” desenvolver os sistemas e infraestruturas da comunicação, fomentar a distribuição regional de “bens audiovisuais” e estabelecer normas comuns (Pasquali e Vargas, 1990, p. 153 e 154).

Finalmente, a organização entendia que o sul do continente estava constituído por um processo de “forte atomização dos meios, desconexão e dependência massiva de importação extra regional”, como característica central dos sistemas latino-americanos de comunicação audiovisual (p. 139). Para contrariar dito estado da situação e consolidar as indústrias culturais, a ULCRA procurou reduzir a dependência da importação e gerar uma demanda de programas e serviços nacionais e regionais.

Considerações finais

Neste trabalho esboçamos —parcialmente— o mapa dos problemas e as posições que configuraram os debates nos que emergiu a noção de serviço público na proposta teórica e política de Antonio Pasquali. Ao indagar esses processos, podem identificar-se os aspetos centrais, enunciar os giros, deslocamentos e continuidades no modo em que a política e o lugar do Estado, foram pensados para resolver os dilemas da produção cultural.

Nas primeiras propostas de Pasquali, o Estado foi considerado como um espaço constituído por tensões e contradições que favoreceu os processos de concentração econômica dos meios de comunicação. Igualmente, recorreu a ele para a formulação de políticas para o setor. O Estado, então, foi considerado pelo filósofo venezuelano, como um ator desde o qual gerar as condições para a transformação da produção cultural e comunicacional. Essa posição diferenciava-se —como afirma Graziano respeito aos anos sessenta (1997, p. 3)— das pesquisas e denúncias que argumentavam que o Estado era “um cúmplice dos processos de desenvolvimento e apropriação privado-comercial” dos meios, ao que só tinha que denunciar-se seu “caratê de classe” e não havia possibilidade de exercer desde ele algum “tipo de ação”.



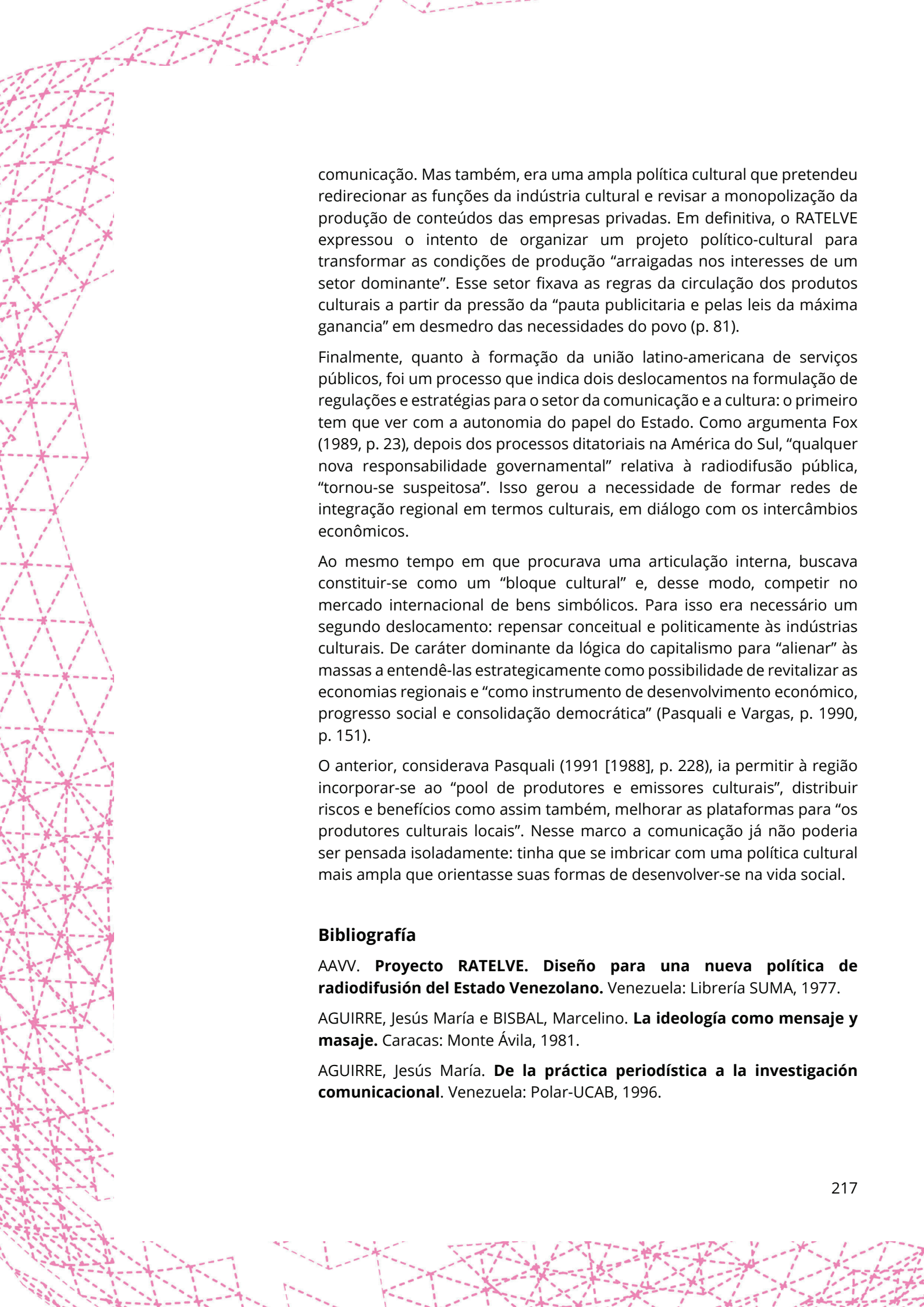
Além de dita continuidade no recorte estabelecido, a primeira proposta de intervenção estatal dos meios massivos, se compreende quando é inscrita no marco mais amplo de radicalização política de um setor da intelectualidade de Caracas (Chacón, 1971). Em tempos de acentuados antagonismos, na Venezuela entraram em tensão dois movimentos com direções opostas: um de corte “popular, nacionalista” (Velázquez, 1979 [1976], p. 273), frente ao promovido pelo governo de Betancourt, alinhado à Carta de Punta del Este. Estados Unidos, no marco da Aliança para o Progresso, procurava inverter e ampliar o mercado latino-americano para a incorporação de suas grandes empresas multinacionais (García González, 2012).

O fato que na Venezuela os meios estiveram em mãos do setor privado, planteava a obrigação de que o Estado tivera que os nacionalizar. Isso tornou que as leituras de Pasquali das propostas da UNESCO tiveram um sentido diferente. Porque apesar de que ele citasse as experiências dos “grandes sistemas nacionalizados (BBC, RTF, RAI)”, a “única alternativa” era a *intervenção dos meios massivos* (Pasquali, 1964, p. 244, destacado no original). As elaborações da UNESCO nada diziam sobre a “dominação”, as “elites monopolizadoras”, o “imperialismo” ou a “alienação cultural”. O uso dessa linguagem tinha relação com os dilemas emergentes entre a intelectualidade progressista e de esquerda de Caracas, que se debatia entre uma democracia restringida e os horizontes de transformação socialista que chegavam de Cuba.

A militância cultural de Pasquali em diferentes zonas do campo da produção cultural, indica que suas elaborações não foram realizadas desde fora dos movimentos intelectuais dos que participou, senão em seu interior, produzindo assim uma hermenêutica política dos problemas comunicacionais: a produção e organização da cultura tinha que se resolver politicamente.

Quanto ao Projeto RATELVE, a iniciativa do governo de Pérez foi “reformular” a relação do “Estado com a cultura”. No marco da reconfiguração do rol estadual na política e na produção econômica, a cultura tinha que ser orientada politicamente ante a ausência de uma “estrutura de ação direta sobre a coletividade” (Capriles, 1996, p. 78). A diferença da proposta em *Comunicación y cultura de masas*, na qual seu autor interpelava ao Estado a participar na produção cultural, agora era o Estado o que convocava aos intelectuais a participar desse movimento de reformas. Como argumenta Capriles, a cultura dos setores populares, o folclore e todas as manifestações da cultura de massas sempre tinham sido “menosprezadas pelos programas culturais dos governos” (p. 81).

O RATELVE inscreveu-se na formação de um novo projeto hegemônico fomentado pelo governo de Pérez. A estratégia foi a incorporação das necessidades socioculturais das maiorias venezuelanas, e articular uma série de políticas que se inscreviam especificamente no setor dos meios de



comunicação. Mas também, era uma ampla política cultural que pretendeu redirecionar as funções da indústria cultural e revisar a monopolização da produção de conteúdos das empresas privadas. Em definitiva, o RATELVE expressou o intento de organizar um projeto político-cultural para transformar as condições de produção “arraigadas nos interesses de um setor dominante”. Esse setor fixava as regras da circulação dos produtos culturais a partir da pressão da “pauta publicitaria e pelas leis da máxima ganancia” em desmedro das necessidades do povo (p. 81).

Finalmente, quanto à formação da união latino-americana de serviços públicos, foi um processo que indica dois deslocamentos na formulação de regulações e estratégias para o setor da comunicação e a cultura: o primeiro tem que ver com a autonomia do papel do Estado. Como argumenta Fox (1989, p. 23), depois dos processos ditatoriais na América do Sul, “qualquer nova responsabilidade governamental” relativa à radiodifusão pública, “tornou-se suspeitosa”. Isso gerou a necessidade de formar redes de integração regional em termos culturais, em diálogo com os intercâmbios econômicos.

Ao mesmo tempo em que procurava uma articulação interna, buscava constituir-se como um “bloque cultural” e, desse modo, competir no mercado internacional de bens simbólicos. Para isso era necessário um segundo deslocamento: repensar conceitual e politicamente às indústrias culturais. De caráter dominante da lógica do capitalismo para “alienar” às massas a entendê-las estrategicamente como possibilidade de revitalizar as economias regionais e “como instrumento de desenvolvimento econômico, progresso social e consolidação democrática” (Pasquali e Vargas, p. 1990, p. 151).

O anterior, considerava Pasquali (1991 [1988], p. 228), ia permitir à região incorporar-se ao “pool de produtores e emissores culturais”, distribuir riscos e benefícios como assim também, melhorar as plataformas para “os produtores culturais locais”. Nesse marco a comunicação já não poderia ser pensada isoladamente: tinha que se imbricar com uma política cultural mais ampla que orientasse suas formas de desenvolver-se na vida social.

Bibliografía

AAVV. **Proyecto RATELVE. Diseño para una nueva política de radiodifusión del Estado Venezolano.** Venezuela: Librería SUMA, 1977.

AGUIRRE, Jesús María e BISBAL, Marcelino. **La ideología como mensaje y masaje.** Caracas: Monte Ávila, 1981.

AGUIRRE, Jesús María. **De la práctica periodística a la investigación comunicacional.** Venezuela: Polar-UCAB, 1996.

AGUDO FREIRES, Raúl. Venezuela. Em AAVV., **Políticas nacionales de comunicación**. Ecuador: Editorial Época, 1981.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideas para un programa de historia intelectual. Em **Prismas**. N° 3, pp. 203-208, 1999.

ALTAMIRANO, Carlos. **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005

BECERRA, Martín (s/f). **La sociedad de la información**. Mimeo.

BECERRA, M. e MASTRINI, G. La economía política de la comunicación vista desde América Latina. Em **Revista E-Compós**, Diciembre, pp. 2-20, 2006.

BELTRAN, L. R e FOX, E. **Comunicação dominada. Os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina**. Brasil: Paz e Terra, 1992.

BELTRÁN, Luis Ramiro. **Comunicación para la democracia en Iberoamérica: memoria y retos de futuro**. Mimeo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Las condiciones sociales de la circulación de las ideas. Em Bourdieu, P. **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: EUDEBA, pp. 159-171, 1999.

CAÑIZALEZ, Andrés. El modelo de comunicación de Antonio Pasquali. Em Bisbal, M. e Cañizález, A. (Eds.). **Travesía intelectual de Antonio Pasquali. A propósito de los 50 años de Comunicación y cultura de masas**. Venezuela: UCAB, pp. 81-91, 2014.

CAPRILES, Oswaldo. **El estado y los medios de comunicación en Venezuela**. Caracas: ININCO, 1976.

CAPRILES, Oswaldo. **Elementos para un análisis crítico del Nuevo Orden Internacional de la Comunicación y la Información**. Caracas: UCV, 1979.

CAPRILES, Oswaldo. De las Políticas Nacionales de Comunicación al Nuevo Orden Internacional de la Información: algunas lecciones para la investigación. Comunicação presentada para a **Conferencia Científica AIERI-IAMCR**. Caracas: mimeo, 1980.

CAPRILES, Oswaldo. **Poder político y comunicación**. Caracas: UCV, 1996.

CHACÓN, Alfredo. **La izquierda cultural**. Editora San José: Caracas, 1971.

CIESPAL. **Las escuelas de periodismo en la América Latina**. CIESPAL: Quito, 1961.

DELGADO FLORES, Carlos. Al inicio de una ruta. Antonio Pasquali y la antropología de la comunicación. Em Bisbal, M. e Cañizález, A. (Eds.). **Travesía intelectual de Antonio Pasquali. A propósito de los 50 años de Comunicación y cultura de masas**. Venezuela: UCAB, pp. 91-104, 2014.

DE MORAES, Dênis. **La cruzada de los medios en América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 2011.

FOX, Elizabeth e SCHMUCLER, Héctor (comps.) **Comunicación y democracia en América Latina**. Lima: DESCO. 1982.

FOX, Elizabeth (ed.). **Medios de comunicación y política en América Latina**. México: Gustavo Gili, 1989.

FUENTES NAVARRO, Raúl. **Un campo cargado de futuro. El estudio de la comunicación en América Latina**. Guadalajara: ITESO, 1991.

GARCÍA GONZÁLEZ, Ángel. La política económica del estado venezolano: 1945-1970. Em **Mañongo**. N° 29, pp. 357-370, 2012.

GÓMEZ, Aníbal. **Introducción a la comunicación colectiva**. Caracas: UCV, 1965.

GRAZIANO, Margarita. Política o Ley: Debate sobre el Debate. Em **Espacios**. Facultad de Filosofía y Letras: Universidad de Buenos Aires, 1988.

GRAZIANO, Margarita. **Guía teórica 1° parte. Carrera de Ciencias de la Comunicación**. Buenos Aires: UBA, 1997.

KARAM CARDENAS, Tanius (2014). Para seguir celebrando: constantes y variantes en el pensamiento de Antonio Pasquali. Em: Bisbal, M. e Cañizález, A. (Eds.). **Travesía intelectual de Antonio Pasquali. A propósito de los 50 años de Comunicación y cultura de masas**. Venezuela: UCAB, pp. 31-46, 2014.

LEÓN DUARTE, Gustavo (2006). **Sobre la institucionalización del campo académico de la comunicación en América Latina**. Teses doctoral. Mimeo. 2006.

MANGONE, Carlos. **La década del ochenta: los desplazamientos**. Mimeo. 2006.

MARQUES DE MELO, J, e BRITTES, J. (orgs.). **A trajetoria comunicacional de Luiz Ramiro Beltrán**. UNESCO-UMESP: Brasil, 1998.

MARQUES DE MELO, Jose. Paradigmas de escuelas latinoamericanas de comunicación. Em **Revista Latina de Comunicación Social**, n° 19. Disponible em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a1999fjl/73meloe.htm>. 1999.

MARTÍNEZ, Jesús. Para entender los medios: medios de comunicación y relaciones sociales. Em Garretón, Manuel (Comp.) **Ideología y medios de comunicación**. Argentina: Amorrortu editores, pp. 94-129, 1974.

MASTRINI, Guillermo (coord.). **Mucho ruido, pocas leyes**. Argentina: La Crujía, [2005] 2009.

MORAGAS SPÁ, Miquel. **Interpretar la comunicación**. España: Gedisa, 2011.

MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication**. Estados Unidos: AGE Publications Inc, 2009.

MUJICA, Héctor. **El imperio de la noticia**. Venezuela: AVN, [1967] 2010.

MUJICA, Héctor. **Apuntes para una sociología de la comunicación venezolana**. Caracas: UCV, 1973.

NEIBURG, Federico, e PLOTKIN, Mariano. Intelectuales y expertos. Hacia una sociología histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad en la Argentina. Em Neiburg, F. e Plotkin, M. (Comps.). **Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina**. Buenos Aires: Paidós, pp. 15-30, 2004.

PASQUALI, Antonio. La televisión frente a la prensa o el show a lo Nixon. En **Crítica Contemporánea**, n° 5, Mayo-Junio, pp. 30-31, 1961.

PASQUALI, A. Sobre algunas implicaciones dialécticas entre "información" y "cultura de masas". **XIII Congreso Internacional de Filosofía**. Ciudad de México: Mimeo, 1963.

PASQUALI, A. **Comunicación y cultura de masas**. Caracas: EBUC, 1964.

PASQUALI, A. **Sociologia e Comunicação**. Petrópolis: Editora Voces, 1973.

PASQUALI, A. **Comprender la comunicación**. Caracas: Monte Ávila, 1978.

PASQUALI, A. Qué es una radiodifusión de servicio público. Em Pasquali, Antonio, **El orden reina. Escritos sobre comunicaciones**. Venezuela: Monte Ávila Editores, pp. 153-162, [1986] 1991.

PASQUALI, A. Opinión pública y comunicación masiva. Em Pasquali, Antonio, **El orden reina. Escritos sobre comunicaciones**. Venezuela: Monte Ávila Editores, pp. 175-178, [1987] 1991.

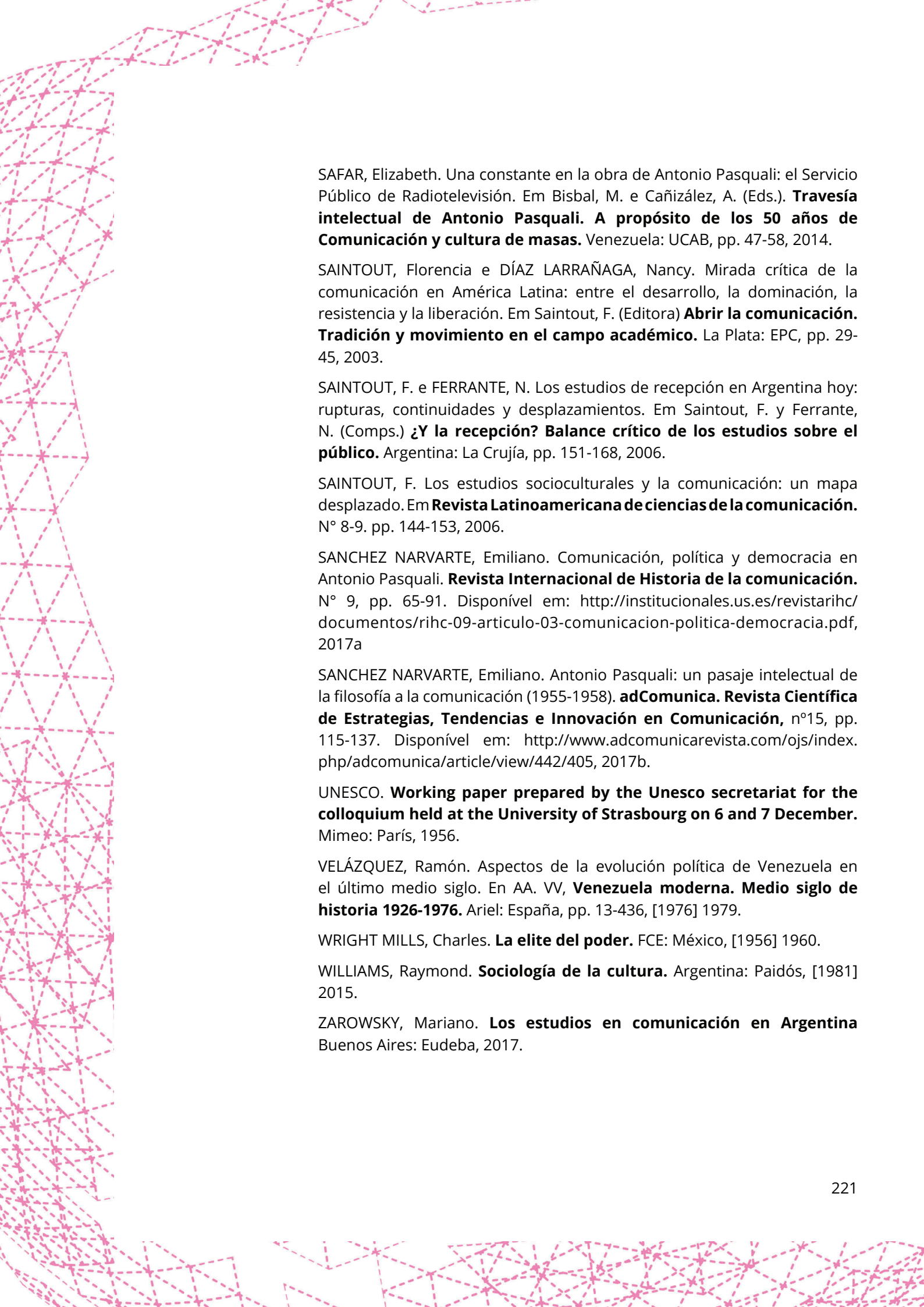
PASQUALI, A. Industrias culturales en América Latina. Em Pasquali, Antonio, **El orden reina. Escritos sobre comunicaciones**. Venezuela: Monte Ávila Editores, pp. 217-232, [1988] 1991.

PASQUALI, A. Política nacional de comunicaciones. Em Pasquali, Antonio, **El orden reina. Escritos sobre comunicaciones**. Venezuela: Monte Ávila Editores, pp. 233-238, [1989] 1991.

PASQUALI, A. e VARGAS, A. **De la marginalidad al rescate: los servicios públicos de radiodifusión en la América Latina 1990**. Costa Rica: Editorial Universidad Estatal a distancia, 1990.

PINEDA DE ALCÁZAR, Migdalia. Antonio Pasquali: la vigencia de su pensamiento cuarenta años después. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n° 109. Quito: CIESPAL, pp. 18-20, 2010.

PINEDA DE ALCÁZAR, M. Antonio Pasquali: la vigencia de su pensamiento cincuenta años después. Em Bisbal, M. e Cañizález, A. (Eds.). **Travesía intelectual de Antonio Pasquali. A propósito de los 50 años de Comunicación y cultura de masas**. Venezuela: UCAB, pp. 21-30, 2014.



SAFAR, Elizabeth. Una constante en la obra de Antonio Pasquali: el Servicio Público de Radiotelevisión. Em Bisbal, M. e Cañizález, A. (Eds.). **Travesía intelectual de Antonio Pasquali. A propósito de los 50 años de Comunicación y cultura de masas.** Venezuela: UCAB, pp. 47-58, 2014.

SAINTOUT, Florencia e DÍAZ LARRAÑAGA, Nancy. Mirada crítica de la comunicación en América Latina: entre el desarrollo, la dominación, la resistencia y la liberación. Em Saintout, F. (Editora) **Abrir la comunicación. Tradición y movimiento en el campo académico.** La Plata: EPC, pp. 29-45, 2003.

SAINTOUT, F. e FERRANTE, N. Los estudios de recepción en Argentina hoy: rupturas, continuidades y desplazamientos. Em Saintout, F. y Ferrante, N. (Comps.) **¿Y la recepción? Balance crítico de los estudios sobre el público.** Argentina: La Crujía, pp. 151-168, 2006.

SAINTOUT, F. Los estudios socioculturales y la comunicación: un mapa desplazado. Em **Revista Latinoamericana de ciencias de la comunicación.** N° 8-9. pp. 144-153, 2006.

SANCHEZ NARVARTE, Emiliano. Comunicación, política y democracia en Antonio Pasquali. **Revista Internacional de Historia de la comunicación.** N° 9, pp. 65-91. Disponible em: <http://institucionales.us.es/revistarihc/documentos/rihc-09-articulo-03-comunicacion-politica-democracia.pdf>, 2017a

SANCHEZ NARVARTE, Emiliano. Antonio Pasquali: un pasaje intelectual de la filosofía a la comunicación (1955-1958). **adComunica. Revista Científica de Estrategias, Tendencias e Innovación en Comunicación**, nº15, pp. 115-137. Disponible em: <http://www.adcomunicarevista.com/ojs/index.php/adcomunica/article/view/442/405>, 2017b.

UNESCO. **Working paper prepared by the Unesco secretariat for the colloquium held at the University of Strasbourg on 6 and 7 December.** Mimeo: París, 1956.

VELÁZQUEZ, Ramón. Aspectos de la evolución política de Venezuela en el último medio siglo. En AA. VV, **Venezuela moderna. Medio siglo de historia 1926-1976.** Ariel: España, pp. 13-436, [1976] 1979.

WRIGHT MILLS, Charles. **La elite del poder.** FCE: México, [1956] 1960.

WILLIAMS, Raymond. **Sociología de la cultura.** Argentina: Paidós, [1981] 2015.

ZAROWSKY, Mariano. **Los estudios en comunicación en Argentina** Buenos Aires: Eudeba, 2017.